

A HISTÓRIA CONTADA PELOS VITORIOSOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA VIMVER DA FUNDAÇÃO RENOVA

Carolina Machado Saraiva¹, Michel Richter de Souza Oliveira Pereira²

Resumo: Este artigo analisa o programa Vimver (vivências no território), promovido pela Fundação Renova e tem por objetivo compreender qual é a memória construída pelo citado programam acerca da queda da barragem de Fundão, ocorrida em novembro de 2015 e que ainda hoje encontra-se prejudicando a vida de milhares de pessoas atingidas. A metodologia de pesquisa foi a qualitativa do tipo desk research, com análise de documentos referentes ao programa Vimver, desde cartilhas do programa a reportagens midiáticas sobre ele. Os dados analisados foram cotejados à luz das teorias da Sociologia do Desastre e do *Dark Tourism*. Os resultados apontam para a construção de uma história unidimensional, construída e narrada exclusivamente pela Fundação Renova, que acaba utilizando-se dos meios midiáticos para promoção de sua reputação e a das mineradoras controladoras e da Samarco. Ao invés de haver promoção de diálogo e controle social, a Fundação Renova oblitera os direitos dos atingidos, impedindo o acesso a informações idôneas sobre a queda da barragem de Fundão.

Palavras-chave: Fundação Renova; Sociologia dos Desastres; Turismo de Tragédia; VimVer.

THE STORY TOLD BY THE VICTORIOUS: AN ANALYSIS OF THE RENOVA FOUNDATION'S VIMVER PROGRAM

Abstract: This article analyzes the Vimver program (experiences in the territory), promoted by the Renova Foundation and aims to understand what is the memory constructed by the aforementioned program about the fall of the Fundão dam, which occurred in November 2015 and which is still harming the lives of thousands of people affected. The research methodology was qualitative desk research, with analysis of documents related to the Vimver program, from the program's booklets to media reports about it. The analyzed data were compared in the light of the theories of Sociology of Disaster and Dark Tourism. The results point to the construction of a one-dimensional history, built and narrated exclusively by the Renova Foundation, which ends up using the media to promote its reputation and that of the controlling mining companies and Samarco. Instead of

1 Professora Doutora Adjunta do curso de Administração da UFOP. Coordenadora do Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração da UFOP (C.A.FE./UFOP). E-mail: <carolamsaraiva@gmail.com>;

2 Graduando em Administração pela Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisador do grupo Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração da UFOP (C.A.FE./UFOP). E-mail: <micheloliveira071@hotmail.com>.

promoting dialogue and social control, the Renova Foundation obliterates the rights of those affected, preventing access to proper information about the fall of the Fundão dam.

Keywords: Renova Foundation; Sociology Disaster; Tragedy Tourism; VimVer.

Introdução

No dia 5 de novembro de 2015 a barragem de rejeitos de Fundão, controlada pela Mineradora Samarco, rompeu-se o que ocasionou graves impactos socioambientais e socioeconômicos, sofrimento e mortes. Despejou-se no meio ambiente mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos, destruindo tudo o que havia no caminho em uma extensão de aproximadamente 670 quilômetros (FERREIRA e SARAIVA, 2019). As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram destruídas totalmente. Houve ainda e destruição parcial em mais 39 municípios ao longo da Bacia do Rio Doce, afetando-se profundamente e irreversivelmente o cotidiano de moradores dessas regiões. Estima-se que um total de 1,2 milhão de pessoas foram atingidas pela queda da barragem de Fundão, considerado o maior desastre ambiental brasileiro e o maior do mundo, em extensão da área atingida em rompimento de barragem de rejeitos (COMITIVA, 2018).

Não obstante, esse evento tem sido tratado de forma controversa nos mais diversos campos do conhecimento, seja no campo jurídico, no campo social e mesmo no campo acadêmico. Há uma infinidade de termos utilizados para denominar o que foi o rompimento da barragem. No âmbito acadêmico, muitos autores o denominam como tragédia, outros vão dizer que foi um crime, outros, um desastre tecnológico. Cada denominação dada ao evento o caracteriza sob certa perspectiva social, já que o discurso é construção de mundo.

Além disso, tal situação coloca o seguinte questionamento: como uma história pode ser contada pelo lado dos vitoriosos? Que história há para ser contada, quando é feita pelos vitoriosos? Aproxima-se da concepção de Fontes e Lopes (2017, p. 33) de que “é imprescindível a compreensão do papel dos processos midiáticos na construção dos imaginários em torno das catástrofes ambientais e na própria conscientização científica e ambiental da população”. Assim, tem-se que a mídia contribui na construção de realidades em torno dos fenômenos.

O rompimento da barragem de rejeitos ceifou a vida de 19 pessoas e afetou o cotidiano de vários moradores das áreas impactadas. Após a enxurrada de rejeitos, a história do rompimento da barragem de Fundão é narrada para a sociedade dividida entre os interesses da organização, do Estado e principalmente, da comunidade atingida (SARAIVA e FERREIRA, 2019). Contrariamente a isso, a história aqui narrada compreende que esse evento é um crime corporativo. De acordo com Silveira e Medeiros (2014, p. 220), a expressão crime corporativo corresponde a “decisões e atos corporativos que resultam em prejuízos para a sociedade, sejam consumidores, empregados, comunidade, investidores, governos e meio ambiente, e que podem ser considerados como crime”. A queda da barragem de Fundão, portanto, pode ser analisada sob o viés do crime organizacional.

Parte-se do pressuposto que a forma como é narrada a história do crime corporativo é como ela se perpetuará na memória coletiva. No momento em que as vítimas da queda da barragem passam de atingidas para “beneficiárias” – conforme constam nos documentos da

Fundação Renova -, levanta-se a discussão de como a construção da memória pode subjugar os reais oprimidos, culminando na ameaça de esquecimento dos impactos ali causados. Acredita-se que a reconstrução da memória desse crime constitui-se como um ato político ao expor uma parte da história que está tão soterrada quanto as moradias dos distritos fantasmas. Tais situações (tanto da Fundação Renova quanto dos Atingidos) demonstra como a memória é uma categoria de construção política de uma realidade.

Assimilado dessa maneira, o objetivo desse artigo é fundamentado em entender como o programa VimVer da Fundação Renova constrói uma determinada narrativa sobre o rompimento da barragem de Fundão. Esta é uma temática recente e fundamental para melhor entender e desmistificar aspectos do pós-rompimento, envolvendo o espaço em si, os atingidos, ações do programa VimVer e a divulgação de fatos à sociedade, além de contribuir com os estudos críticos organizacionais no que se refere à busca de novos caminhos para vencer as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos sociais, principalmente no que tange à elaboração do passado, especificamente, à construção midiática sobre o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências.

Considera-se a rememoração do crime com ênfase nas vítimas: os atingidos pelo rompimento da barragem. Acredita-se que ao reelaborar o passado tem-se a chance de dizer o que não pode ser dito, como aponta (DUARTE, 2008). Fazer desse momento um processo reflexivo para que as injustiças não sejam novamente menosprezadas por uma linguagem instrumentalizada. Além disso, resistir à ocultação do passado permitiria uma ação política para alcance do esclarecimento das injustiças do presente. Como exemplo, pode-se repensar que se o crime de Mariana e tantos outros não tivessem sido esquecidos, talvez o rompimento de uma outra barragem em Brumadinho – MG e no ano de 2019 não teria novamente se repetido.

A fim de discutir-se essa tentativa opressora de construção de um discurso único sobre a queda da barragem de Fundão através do programa VimVer, organizamos esse artigo na discussão de duas temáticas fundamentais “Sociologia dos Desastres” e “Turismo da Tragédia”, que já problematizam o império da tecnocracia sobre a sociedade. Seguida da metodologia de pesquisa e as análises de dados, conclusões e referências.

1. Sociologia dos Desastres

A origem dos estudos sobre desastres no campo das ciências sociais é atribuída a Samuel Henry Prince com seu estudo realizado em 1920 sobre as implicações do choque entre dois navios que causou uma explosão de um suprimento de munição, deixando mais de dez mil mortos e feridos, além de vinte e cinco mil desabrigados em *Halifax*, Canadá (MARCHEZINI, 2009; RODRIGUES *et al.*, 2015; MARCHEZINI, 2018; PERRY, 2018).

Outros marcos do campo foram os estudos de Carr (1932), em que se encontram a definição e contexto do campo da sociologia dos desastres, e a criação do Centro de Pesquisa de Desastres (DRC), em 1963, decorrida do aumento de pesquisas sobre o tema na década de 1950. As pesquisas desenvolvidas pelo DRC tenderam à análise da atuação das organizações nos períodos de emergência e, a partir da década de 1970, uma série de

estudos com ênfase na análise do papel das instituições e dos comportamentos das pessoas durante a fase de prevenção, preparação, resposta e reconstrução aos desastres começaram a se desenvolver (MARCHEZINI, 2018; PERRY, 2018).

No cenário brasileiro, Valencio *et al.* (2009) apontam que o campo da Sociologia dos Desastres ganhou forças a partir de 2003, predominando a temática dos desastres relacionados à água. Tal empreitada científica culminou na criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desastres (GEPED), atuante nas pesquisas relacionadas à prevenção, socorro e recuperação de grupos vulneráveis a ameaças naturais e tecnológicas relacionadas à água. Valencio *et al.* (2009) ainda apontam que no tema da Sociologia dos Desastres, foi o primeiro grupo a criar e ofertar, como curso de extensão acadêmica, disciplina de graduação e disciplina de pós-graduação. Além disso, Rodrigues *et al.* (2015) expõem que o GEPED, a partir de 2009, tem se destacado por suas publicações, contribuindo para a constituição deste campo no Brasil.

A despeito do desenvolvimento do campo nos cenários internacional e nacional, a área da Sociologia dos Desastres ainda encontra dificuldades para uma exata conceituação e delimitação de seu escopo, como podemos verificar nos estudos de Dombrowsky (1995); Porfiriev (2005); Marchezini (2009); Valencio (2009); Rodrigues *et al.* (2015); Valencio (2016); Marchezini (2018); Perry (2018), Marchezini e Forini (2019). Perry (2018, p. 4) destaca que existem “muitas definições, de muitas fontes, utilizadas para muitos fins”, demonstrando que a diversidade conceitual justifica-se pela complexidade na definição do que vem a ser um desastre, cujo conteúdo varia não somente entre autores do campo, mas em termos sócio-históricos. Assim, é fundamental analisar-se o evento caracterizado como desastre em sua constituição política, social e econômica, dando indícios de o que e como tal evento é compreendido na sociedade e no tempo histórico analisado.

A Estratégia Internacional de Redução de Desastres da ONU (UNISDR) define como desastre “uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo perdas e impactos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a capacidade da comunidade ou sociedade afetada em lidar com os seus próprios recursos” (ISDR, 2009). Tal conceito parece contemplar o evento do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, que ceifou vidas e provocou prejuízos humanos, materiais, econômicos e ambientais que excederam a capacidade das comunidades afetadas em lidar com os seus próprios recursos, vistos às primeiras horas do rompimento e que continuaram a aumentar com o passar do tempo e até o momento desta publicação, suas reverberações são sentidas em intensidade pelos atingidos por esse evento.

Nesse tipo de contexto, as palavras de Marchezini (2018, p. 55) se mostram oportunas por expressarem que as organizações definem desastres “dentro de um mecanismo solução-problema que visa sua autopreservação”. Por assim dizer, nesse tipo de circunstância, os elementos que poderiam definir o que é um desastre e a resposta para os mesmos não são guiados pelos problemas apresentados pelas vítimas, mas pelas soluções que as instituições possuem para lidar com eles (MARCHEZINI, 2018).

Além disso, Valencio e Valencio (2018, p. 20) manifestam que “os membros da coletividade, que vivenciam tal processo, experimentam variadas manifestações de dor física, psíquica e emocional, as quais deflagram diferentes tipos de perturbação, no ritmo e

no sentido de suas vidas”. De fato, a partir de Valencio e Valencio (2018) compreende-se serem ocasiões de enorme miséria e estresse coletivo, que produzem experiências de vários níveis de sofrimento emocional, físico e também material, como privações físicas devido a perdas materiais significativas e sem a perspectiva de adequado ressarcimento, assim como transtornos de ansiedade e de depressão, mutilação física, ingestão agravada de álcool e de substâncias psicoativas, que são situações que podem abater sobre os indivíduos e grupos acometidos por desastres.

Nesse íterim, busca-se ainda realçar o argumento de Valencio (2016) a respeito da temática dos desastres no tocante do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. A autora debate a respeito do uso do qualificativo “natural” a desastres catastróficos, como no caso do rompimento de barragem de Fundão, controlada pela Samarco, em que a mais alta autoridade do país, por meio do Decreto Presidencial 8.572, de 13 de novembro de 2015, denominou-o como desastre “natural”.

Para os atingidos, o uso desse qualitativo é passível de se tornar uma perversa agressão simbólica, pois o fator causador não teria personalidade jurídica a responder em tribunais, assim, inabilitando as responsabilidades dos sujeitos públicos ou privados possuidores da culpa (VALENCIO, 2016).

A respeito de uma eventual substituição desse qualitativo por outro, o “tecnológico”, que nesse caso também pode apresentar-se limitante, visto que seu uso não correlaciona às relações sociais, e pior, limita-se unicamente a coisas, tais quais aos diques de contenção, às substâncias químicas dos rejeitos e afins, e, dessa maneira, “como se nelas estivesse contido o mal deflagrado e a adoção de novas técnicas resolvesse o problema” (VALENCIO, 2016, p. 42).

Ademais, revela que a Presidência da República, mesmo amparada no conhecimento técnico e científico que a assessora, expõe no decreto presidencial do dia de 12 de novembro de 2015, que se trata do “desastre ocorrido nas barragens de Fundão e de Santarém”, podendo abrir a interpretação para meras “repercussões” as ocorrências na bacia do Rio Doce.

Valencio (2016, p. 41) ainda alerta que “se os ditames do conhecimento científico que inspiram e calibram a ação do Estado forem equivocados, os seus efeitos deletérios far-se-ão sentir no meio social”. Desse modo, as formas de circunscrever esse desastre demonstram tanto despreocupação quanto falta de aprofundamento conceitual, gerando dúvidas sobre os procedimentos a serem empregados pelos sujeitos possuidores da culpa. E completa que “as estratégias exitosas de acumulação da indústria extrativista estão hoje embebidas em muita ciência e técnica; mas essas parecem ineficientes na contenção dos graves malefícios socioambientais gerados” (VALENCIO, 2016, p. 44). Isso reforça o sentimento de desconfiança da sociedade perante a capacidade de ação por parte das instituições na linha de frente, que primordialmente deveria ser de caráter preventivo.

2. Turismo de Tragédia

As atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em locais diferentes do seu entorno habitual por um período consecutivo menor a um ano, seja com a finalidade

de lazer, negócios ou afins compreendem o turismo (OMT, 2001). E é notável que ao longo das décadas o turismo tenha experimentado um grande crescimento e, sem dúvidas, se tornado um dos maiores setores econômicos de diversos países. Em vista disso, a indústria do turismo tem buscado adaptar-se, tornando-se cada vez mais complexa, segmentando-se para atender as demandas dos mais diversos gostos dos turistas, que gastam significativas quantias de dinheiro no consumo de variados produtos dessa indústria de bens e serviços, como hospedagem, transporte, alimentação, atividades recreativas e afins, gerando, dessa maneira, efeitos diretos sobre os negócios e economias locais (VERMA, 2013).

Nesse íterim, um segmento ganha visibilidade por suas características um tanto quanto próprias, que envolvem a busca pela contemplação da morte (real ou recriada), desastres e atrocidades, e que vem se tornando cada vez mais difundido na paisagem turística contemporânea (STONE, 2006). Está-se falando do *Dark Tourism*, um fenômeno emblemático pelo qual as pessoas buscam atrações e exposições que ofereçam representações de sofrimento e morte.

Antes de adentrar nesse assunto, é importante ressaltar que, particularmente, pelas características de nossa realidade, julga-se mais adequado empregar o termo Turismo de Tragédia, por entendermos que a tradução do termo *Dark Tourism* tem conotação pejorativa, que pode ofender a identidade negra e reforçar a ideia do racismo. Contudo, constata-se que o termo *Dark Tourism* é amplamente reconhecido na literatura acadêmica e abordado em inúmeras produções nesse segmento. Desse modo, não é possível compreender esse fenômeno sem adentrar nas pesquisas que lidam com o tema, mas deve-se ter em mente que *Dark Tourism* é um dos muitos termos que descrevem a procura por locais de turismo relacionados ao macabro.

Isto posto, o termo *Dark Tourism* foi concebido pela primeira vez por Foley e Lennon (1996) no trabalho intitulado “*JFK and Dark Tourism: A Fascination With Assassination*”, em que buscaram analisar a atenção da mídia a três *sites* associados com o assassinato do ex-presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, assim como o efeito da atenção da mídia sobre a visitação desses *sites* (STONE, 2006; LIGHT, 2017; LACANIETA *et al.*, 2020; MARTINI e BUDA, 2020).

Para Foley e Lennon (1996, p. 198), *Dark Tourism* consiste na “apresentação e o consumo (pelos visitantes) de locais reais e codificados de mortes e desastres”. Tal definição é corroborada por Stone (2006, p. 146) que destaca que *Dark Tourism* é “o ato de viajar para locais associados à morte, ao sofrimento e ao aparentemente macabro”, e, nesse contexto, o termo “*Dark*” faz alusão a sensações, práticas e experiências perturbadoras e mórbidas.

Todavia, viajar para locais associados à morte tem uma longa história. Os primeiros exemplos de *Dark Tourism* podem ser encontrados há muito tempo, nos antigos jogos gladiatórios romanos (STONE, 2006; VERMA, 2013; LACANIETA *et al.*, 2020). Outros precursores do *Dark Tourism* podem ser vistos nas execuções públicas do período medieval, prolongando-se até o século XIX servindo como espetáculos públicos e como lembretes visíveis da dissuasão e da retribuição (VERMA, 2013).

Destaca-se que esse conceito, em suas diversas manifestações, tem gerado uma quantidade significativa de pesquisa e interesse da academia e também da mídia. Stone

(2006) assinala que os produtos do *Dark Tourism* são multifacetados, complexos em *design* e propósito, e diversificados na natureza. Dessa forma, o termo universal “*Dark*”, aplicado ao turismo, é amplo e não expõe prontamente as multicamadas desse segmento de oferta turística. Em relação a isso, Stone (2006, p. 150) sugere que “talvez seja prudente argumentar a favor de uma análise que leve em conta os múltiplos matizes do “*Dark Tourism*”, no que diz respeito a traços, características e percepções identificáveis do produto”. Além disso, Light (2017, p. 277) ressalta que o *Dark Tourism* “tende a ser usado como um termo guarda-chuva para qualquer forma de turismo que seja de alguma maneira relacionada à morte, sofrimento, atrocidade, tragédia ou crime”, e, dessa forma, expõe-se a amplitude do termo, mas, igualmente abre brecha para generalizações do mesmo.

Fonseca *et al.* (2016) completam a discussão pontuando haver consenso entre os pesquisadores do campo sobre a existência de certas tipologias acerca do *Dark Tourism* dependendo das motivações e locais, como Turismo de Guerra; Turismo de Campo de batalha; Turismo de Desastres; Turismo de Prisões; Turismo de Cemitérios, Turismo Fantasma e Turismo do Holocausto.

Em relação a isso, as etimologias apresentadas para esse segmento do turismo, além do termo *Dark Tourism* (Foley e Lennon, 1996), ainda se encontram nas bibliografias inclusive termos como *Black-Spot Tourism* (Rojek, 1993); *Tanaturismo* (Seaton, 1996); *Morbid Tourism*, (Blom, 2000); *Thana-Tourism* e *Greif-Tourism* (Verma, 2013), Turismo da Desgraça (A Sirene, 2018) e Turismo do Crime (A Sirene, 2019).

Essas etimologias configuram uma série de tentativas para determinar o turismo relacionado ao macabro e, nesse contexto, assinalamos que as duas últimas caracterizam nomeações dos próprios atingidos.

Ademais, busca-se abordar a identidade moral em relação ao consumo turístico relacionado aos locais de prática do *Dark Tourism*. Para tanto, Sharma (2020) realça que a temática sempre levantou conflitos morais ao nível individual e coletivo. Nesse meio, o turista pode atuar de diversas formas repulsivas, em que se elencam alguns exemplos de comportamento relatados nos meios de comunicação e que têm provocado indignação moral, como: turistas tocando os cadáveres no cemitério de *Trunyan*, em *Bali*; turistas segurando uma boneca sexual inflável no Memorial 9/11, em *Nova York*; turistas tirando *selfies* nos trilhos do trem em *Auschwitz*; turistas tirando fotos com poses inapropriadas no Memorial aos Judeus Assassinados da Europa; turistas desfigurando monumentos e edifícios sagrados, entre outros atos repulsivos e de vandalismo (SHARMA, 2020).

Dessa maneira, colocam-se em jogo três situações que levam à reflexão sobre essa prática em nosso meio: a desumanização, a justificação moral e o deslocamento de responsabilidade. Na primeira, a discussão gira em torno de reduzir a essência humana, de negar a uma pessoa ou grupo delas a subjetividade, a agência, ou seus atributos humanos. A segunda, no sentido de validação da prática, desta forma, os indivíduos podem proceder sobre uma espécie de imperativo moral e assim preservar a visão de si mesmos como agentes morais, mesmo em situações tidas como moralmente suspeitas. A terceira, na perspectiva de minimizar o papel do turista e de distorcer a relação entre as ações e os efeitos que causa ao realizar uma ação, deslocando para uma autoridade certificada (o guia) a responsabilidade, e livrando-se da transgressão negativa de suas ações antiéticas (SHARMA, 2020).

3. Metodologia

A pesquisa descritiva conclusiva foi a metodologia utilizada nesse trabalho. Para se desenvolver a análise do fenômeno proposto, buscou-se compreender a narrativa produzida pelo Programa VimVer e suas reverberações crítico-políticas. Formaram o corpus dessa pesquisa do tipo *desk research* os documentos/fontes de informação abaixo relacionados:

- Cartilha Programa VimVer da Fundação Renova;
- Páginas do Facebook com menções ao VimVer;
- Jornal A Sirene;
- Jornais online diversos com matérias/menções ao programa VimVer.

A análise dos dados foi desenvolvida com base na técnica de análise sistemática do material, buscando evidenciar neles os elementos para a composição dos dados da pesquisa. Sabe-se que “ao descrever um ‘objeto’, a teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria supostamente descreve é, efetivamente, um produto de sua criação” (SILVA, 1999, p. 11). Assim, tem-se a corporeidade do objeto de análise dessa pesquisa.

4. Análise de Dados

O programa VimVer faz parte do programa socioeconômico de “*Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06)*”, previsto no TTAC. Os objetivos deste programa são desenvolvimento de meios de comunicação (0800, internet, ouvidoria, entre outros) com a população proporcionando acesso irrestrito à informação para participação e controle social (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020a).

Dentre os inúmeros projetos desse programa, o VimVer surge com o objetivo de promover vivências nos territórios atingidos, em especial em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, que foram os locais destruídos pelo rejeito. Através de visitas aos territórios guiadas pela Fundação Renova, os participantes são informados sobre a queda da barragem de Fundão e as medidas de reparação e mitigação realizadas pela Fundação.

Os roteiros de visita são definidos de acordo com a demanda dos participantes e apresentam algumas frentes de atuação da Fundação Renova, como a “reconstrução ou reforma das infraestruturas impactadas; reassentamento; ambiental; desenvolvimento rural sustentável e patrimonial” (JORNAL PANFLETU’S, 2020, n.p.). O programa é destinado a públicos diversos, entre instituições, entidades, poder público e legislativo, Ministério Público, Câmaras Técnicas, escolas, colaboradores e comunidades atingidas (JORNAL PANFLETU’S, 2020).

O Jornal Panfletu’s, sediado em Mariana-MG, com circulação física e em mídia digital, ressalta que o VimVer promove uma experiência em campo, “no qual os visitantes têm acesso a informações sobre os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, as ações em andamento e os resultados alcançados no processo de reparação das regiões impactadas” (JORNAL PANFLETU’S, 2020, n.p.).

Todavia, a repercussão do programa VimVer, principalmente por parte dos atingidos, é bastante negativa. O Jornal A Sirene, produzido pelos próprios atingidos e mantido por um acordo entre eles, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana, retrata essa situação

na publicação intitulada *O que eles querem ver?* (A SIRENE, 2018), em que constata-se a luta dos atingidos em descortinar as ideologias presentes na narrativa midiática sobre o rompimento da barragem de Fundão e suas consequências através do programa VimVer. Essa publicação propicia ao leitor compreender um pouco dessa realidade a eles imposta, descrita, a título de exemplo, como uma afronta à dignidade, falta de respeito com o sentimento daqueles que perderam tudo, que perderam seus entes queridos e também uma realidade rodeada por uma “cortina de fumaça” sobre aquilo que foi feito em se tratando da reparação.

Além disso, nessa publicação expõe-se que após o surgimento desse programa os atingidos se pronunciaram com revolta, criticando a Fundação Renova de estarem promovendo um “turismo da desgraça”. Eles acusam a empresa de utilizarem os terrenos atingidos como forma de propaganda deles, construindo-se um entendimento obstruído sobre o que realmente acontece e um imaginário coletivo falso sobre a atuação da Fundação Renova (A SIRENE, 2018).

Pode-se ler ainda o manifesto escrito pelos atingidos referente ao engodo que é tal programa. Em um *e-mail* copiado por eles no jornal, enviado pela Fundação Renova, eles destacam o trecho em que a Fundação diz a um visitante que o programa VimVer é construído em parceria com os Atingidos. Tal fato é refutado por eles, os verdadeiros proprietários dessas terras (e memórias), que dizem não participar de tal programa e nem mesmo concordar com ele, reafirmando-se que nada que diz respeito às comunidades atingidas pode ser feito sem a participação direta dos(das) atingidos(as) (A SIRENE, 2018).

Perante isso, demonstra-se que, através de uma obrigação legal de promover o acesso da população às informações e esclarecimentos sobre o rompimento da barragem de Fundão, a Fundação Renova desvirtua essa obrigação para criar um canal de desenvolvimento de política de reputação corporativa para ela própria e para as mineradoras.

Na sessão de *Indicadores Prioritários* do *Relatório Quadrimestral das Principais Questões com os Indicadores Propostos*, destinado ao Ministério Público Federal – MPF pela empresa Ramboll, que atua na avaliação e monitoramento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica, é possível ler que “[...] o excessivo abuso da comunicação institucional, de reputação e propagandística da Fundação Renova tem contribuído para atrapalhar, dentre outros fatores, um processo de reparação com estabilidade social e jurídica” (RAMBOLL, 2020, p. 13-14).

Além do exposto, traz-se à tona outro anseio vivido por parte dos atingidos, a dificuldade em serem reconhecidos como tal. Ainda examina-se o *Relatório Quadrimestral das Principais Questões com os Indicadores Propostos*, nele é exposto um dado alarmante, “o indicador, atualizado em 03/02/2020, permite constatar que em apenas 50% dos casos se tem o atendimento ao direito de acesso ao PG01 para aqueles que se consideram atingidos e, enquanto tal solicitaram o cadastramento” (RAMBOLL, 2020, p. 19).

Isso implica que o cadastro dos atingidos ainda não é um direito para todos. Apenas 50% destes são reconhecidos, e, dessa maneira, para os demais que se consideram atingidos é vetado acesso aos programas de reparação executados pela Fundação Renova, o que configura

números de “31.294 famílias cadastradas em relação a 62.687 solicitações de cadastramento registradas nos Canais de Relacionamento da Fundação Renova” (RAMBOLL, 2020, p. 19).

Ilustrando a situação, constata-se uma faixa fixada na altura da Rodovia dos Inconfidentes, próxima ao prédio da rede supermercadista Supermercados BH, em Mariana-MG. Sem autoria evidente, a faixa expõe os seguintes dizeres: “5 ANOS DE CRIME DA SAMARCO E MUITOS AINDA NÃO SÃO RECONHECIDOS COMO ATINGIDOS”. Por ela, se expressa para todos que trafegam por esse caminho o anseio vivido dia após dia pelos afetados, em especial, aqueles que não são reconhecidos como atingidos, conforme apresentado na *Imagem 01*. Uma circunstância que os impossibilita acesso aos instrumentos institucionais capazes de nortear e concretizar as ações de reparação.

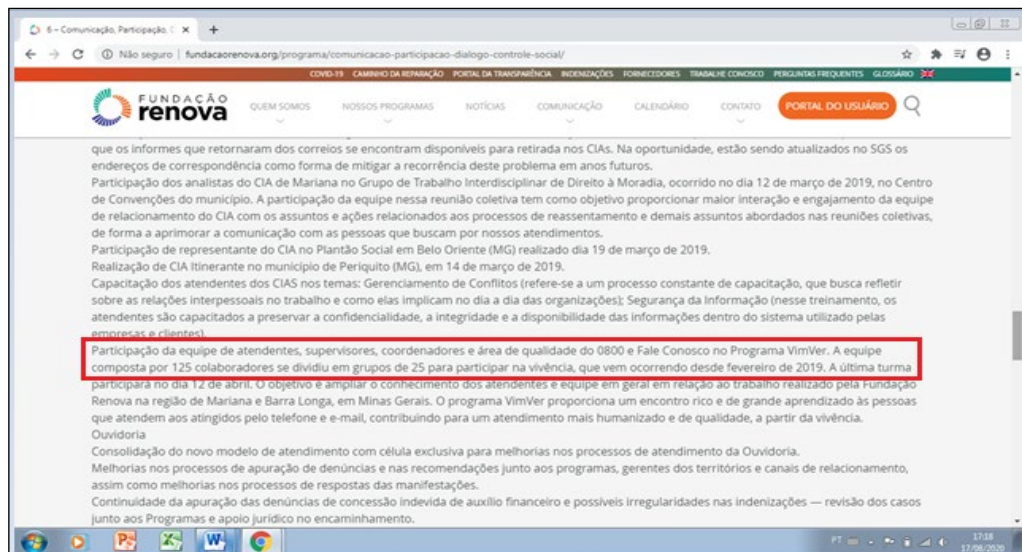
Imagem 01 - Faixa de protesto.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Ademais, ao analisar-se os relatórios disponibilizados no *Progresso do Programa de “Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06)”*, pegando como referência o primeiro relatório disponibilizado — setembro/2016 —, procurando por informações sobre o VimVer, nota-se algo bastante curioso, inúmeras são as menções à datas futuras, como ao ano de 2019 no relatório de setembro de 2016. Em um trecho da parte *Canais de relacionamento*, conforme apresentado na *Imagem 02*, exemplificamos a situação: “Participação da equipe de atendentes, supervisores, coordenadores e área de qualidade do 0800 e Fale Conosco no Programa VimVer. A equipe composta por 125 colaboradores se dividiu em grupos de 25 para participar na vivência, que vem ocorrendo desde fevereiro de 2019”.

Imagem 02 – Dessincronia de dados. (PRINT TIRADO DOS RELATÓRIOS DUPLICADOS EM 30 MESES).



Fonte: Adaptado de Fundação Renova, 2020.

Logo, além de dificultar a coleta de informações, essa situação expõe que a Fundação Renova, como “uma entidade de interesse público, baseada na transparência e no diálogo com a sociedade” (Fundação Renova, 2020b), não age devidamente como se propõe, dificultando o acesso com precisão e confiabilidade às informações sobre suas ações.

Os dados analisados descrevem o processo de construção discursiva opressora sobre a queda da barragem de Fundão, tendo-se como foco o protagonismo da Fundação Renova nas narrativas. Nenhum outro personagem é trazido à baila para compor o roteiro. São excluídos os atingidos e as organizações sociais, estabelecendo bases para a consolidação de uma estrutura de controle social conduzido pela FR.

Os dados do projeto Vimver e as identificações dos problemas de acesso às informações (Imagem 2) demonstram a fragilidade do processo de compartilhamento de informações e participação social. Assim, tem-se a confirmação de existência de um conjunto de estratégias para o desenvolvimento de sistemas excludentes e silenciadores sobre os atores da queda da barragem de Fundão, privilegiando-se as narrativas arquitetadas pela FR.

5. Conclusões

As discussões travadas pela Sociologia dos Desastres e Turismo de Tragédia contribuem para o entendimento da construção midiática do rompimento da barragem de Fundão realizada pela Fundação Renova através do programa VimVer. Pode-se concluir, pelos dados apresentados, a tentativa de se criar uma espécie de “História dos Vitoriosos”, sendo protagonizada pela Fundação Renova.

O desfecho do mapeamento acerca da Sociologia dos Desastres permitiu compreender que a Fundação Renova que, dentre suas responsabilidades, deveria levar esclarecimentos à sociedade sobre o que aconteceu, contribuiu para desvincular a agenda da mineração, seu projeto econômico e político, do desastre que aconteceu, como se fossem coisas separadas, obstruindo o entendimento sobre o papel e as consequências da mineração para à sociedade.

Além disso, intensos processos de mudança na realidade social marcaram profundamente e irreversivelmente o modo de vida dos sujeitos e comunidades atingidas, ainda hoje saturados em incertezas. Dornelas (2018, p. 51) afirma que o rompimento da Barragem de Fundão desencadeou “uma série de violações de direitos de sujeitos e comunidades ao longo da bacia e na região costeira do Espírito Santo” e completa que “essas violações recaem de forma desproporcional sobre grupos sociais que já se viam ameaçados por outros contextos no estado, como nos casos da monocultura do eucalipto, da cana, grandes projetos de portos, estaleiros, entre outros” (DORNELAS, 2018, p. 51).

Embora essa autora referencie a situação no estado do Espírito Santo, em Minas Gerais não ocorreu de modo distinto, onde sérias consequências foram provocadas para habitantes dos subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, assim como nas regiões vizinhas, como o Município de Barra Longa e outras localidades no percurso do Rio Doce, resultando em diversos problemas de ordem social, emocional e econômica (SARAIVA *et al.*, 2018).

A partir do exposto em relação ao Turismo de Tragédia, compreende-se que o comportamento de pessoas que visitam locais como os apontados por Stone (2006), de contemplação da morte (real ou recriada), desastres e atrocidades, nem sempre é adequado. O turista pode atuar de diversas formas, em especial repulsivamente, em que suas ações podem compactuar com o sofrimento daqueles que viveram situações críticas e inimagináveis por pessoas que não passaram por tais situações.

Além disso, o emprego de uma lógica mercantil ao turismo é passível de converter certos lugares em espaços de consumo e de espetáculo, trivializando e comercializando o sofrimento e horror e passível de tornar as sensações em objetos manipuláveis do mercado (FORTUNA, 2017). Para mais, altera os significados e as funções dos lugares de visitação, que, deliberadamente, deveriam causar efeito de não esquecimento das desgraças que se passaram, e a não repetição das ações causadoras (ZANIRATO, 2019).

A queda da barragem de Fundão alterou profundamente e irreversivelmente a vida de milhões de pessoas. Os processos de organização política das instituições legais, juntamente com a dos atingidos desencadeou processos de reordenação e reconstrução da identidade alcançados através da conquista de voz ativa (NEVES, 2000). A Fundação Renova, criada com o intuito de ser a entidade que guiaria e gerenciaria esse processo de reparação deve atentar-se para não produzir efeitos contrários a estes através da produção de uma versão única, oficial e definitiva da história desse crime contado por aqueles que utilizam recursos e espaços em desigualdade em relação aos atingidos(as) (ADICHIE, 2019).

Para mais, Neves (2000, p. 113) colabora com a percepção de que “a memória, ao constituir-se como fonte informativa, constitui-se também como base da identidade”, um

processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que é marcado pelos traços do passado e indagações e necessidades do agora.

Assim, a rememoração do rompimento da barragem de Fundão, embora seja um processo doloroso para muitos, pode contribuir para, além de despertar a atenção para as vítimas e apontar para uma oportunidade de confronto desse acontecimento, contribuir para a construção da identidade, uma vez que compreendemos o homem como um ser permanentemente em busca de si mesmo, de seus laços identificadores e de suas referências.

Depara-se com certas limitações para a realização deste estudo, principalmente em relação ao mapeamento do programa de vivências nos territórios VimVer devido aos fatores como falta de transparência da Fundação Renova; coleta de informações nos relatórios do Programa Socioeconômico de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06); e carência de estudos e publicações sobre a temática.

Como sugestões de estudos futuros, há a possibilidade de desenvolvimento de marcadores de gestão das informações da Fundação Renova, além de pesquisas referentes à governança pública e privada, com enfoque especial no Termo de Transação de Ajuste de Conduta Governança, conhecido como TAC-Governança.

Referências

- A SIRENE. **O museu do crime**. 2019. Disponível em: <<http://jornalasure.com.br/manifestos/2019/06/25/o-museu-do-crime>>. Acesso em 18 jul. 2020.
- A SIRENE. **O que eles querem ver?** 2018. Disponível em: <<http://jornalasure.com.br/manifestos/2018/06/13/o-que-eles-querem-ver>>. Acesso em 17 jul. 2020.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma História Única**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras; 1ª edição, 2019.
- BLOM, T. Morbid Tourism - **A postmortem market niche with an example from Althorp**. *Norsk Geografisk Tidsskrift*, 54 (1), p. 29-36, 2000.
- CARR, L. Disasters and the sequence-pattern concept of social change. **American Journal of Sociology**, 38 (2), p. 207–218, 1932.
- Comitiva de Atingidos da Bacia do Rio Doce. **O desastre da reparação: O caso do Rio Doce (Minas Gerais e Espírito Santo, Brasil)**. Foz, São Mateus-ES, 1 (2), p. 7-27, 2018.
- DOMBROWSKY, W. Again and again: Is a disaster what we call a disaster? Some conceptual notes on conceptualizing the object of disaster sociology. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, 13 (3), p. 241–254, 1995.
- DORNELAS, Rafaela Silva. Diálogos de saberes em meio ao desastre: Reflexões e práticas a partir do Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. In Cristiana Losekann, Claudia Mayorga (Orgs.). **Desastre na bacia do Rio Doce: desafios**

para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, p. 47-71, 2018.

DUARTE, Rodrigo. **Dizer o que não se deixa dizer: para uma filosofia da expressão.** Chapecó: Argos, 2008.

FERREIRA, Pamela; SARAIVA, Carolina. A Catástrofe como Perpetuadora da Sociedade Unidimensional. In: **Revista Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 06, n. 15, p. 42-78, abril 2019.

FOLEY, M.; LENNON, J. JFK and Dark Tourism: A Fascination with Assassination. **International Journal of Heritage Studies**, 2 (4), p. 198-211, 1996.

FONSECA, A. P.; SEABRA, C.; SILVA, C. **Dark Tourism: Concepts, Typologies and Sites.** J Tourism Res Hospitality, S2-002, 2016.

FONTES, Roberta Neves; LOPES, Ivonete da Silva. As representações da mídia sobre o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais. **Revista Espacios**, 38(34), p. 32-45, 2017.

FORTUNA, Carlos. Patrimônio com futuro... Ou sobre a resiliência das cidades. **Revista Patrimônio**, p. 6-13, 2017.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Programa socioeconômico de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG-06).** (2020a). Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/programa/comunicacao-participacao-dialogo-control-social/>>. Acesso em 17 jul. 2020.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Relatórios.** (2020b). Disponível em: <<https://transparencia.fundacaorenova.org/governanca-relatorios>>. Acesso em 17 ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas, 1991.

ISDR - International Strategy for Disaster Reduction (2009). **Terminology.** Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf> Acesso em 30 maio 2020.

JORNAL PANFLETU'S (2020). **CONHEÇA O PROGRAMA VIMVER DA FUNDAÇÃO RENOVA.** Disponível em: <<http://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/1276/conheca-o-programa-vimver-da-fundacao-renova>>. Acesso em 17 jul. 2020.

LACANIENTA, Andrew; ELLIS, Gary; HILL, Brian; FREEMAN, Patti; JIANG, Jingxian. **Provocation and related subjective experiences along the dark tourism spectrum.** *Journal of Heritage Tourism*. DOI: 10.1080/1743873X.2020.1739055. 2020.

LIGHT, D. **Progress in dark tourism and thanatourism research: An uneasy relationship with heritage tourism.** *Tourism Management*, 61, p. 275–301, 2017.

MARCHEZINI, Victor. **As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção.** BIB, São Paulo, 83, pp. 43-72, 2018.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza a natureza dos desastres. In N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini, & J. Costa (Orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** São Carlos: Rima Editora, p. 48-57, 2019.

MARCHEZINI, Victor; FORINI, Henrique Almeida. **Dimensões sociais da resiliência a desastres.** *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, 24 (2), p. 09-28, 2019.

MARTINI, Annaclaudia; BUDA, Dorina Maria. **Dark tourism and affect: framing places of death and disaster.** *Current Issues in Tourism*, 23 (6), p. 679-692, 2020.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **Mesa-redonda “História Oral e as tramas da subjetividade”**, 3, p. 109-116, 2020.

OMT - Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao turismo.** Tradução: Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PERRY, R. W. Defining Disaster: An Evolving Concept. In H. Rodríguez; W. Donner; J. E. Trainor. *Handbook of Disaster Research. Second Edition.* **Springer International Publishing**, p. 3-22, 2018.

PORFIRIEV, B. N. Issues in the definition and delineation of disasters and disaster areas. In E. L. Quarantelli. **WHAT IS A DISASTER? Perspectives on the question.** First published 1998. This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2005.

RAMBOLL. **Relatório Quadrimestral das Principais Questões com os Indicadores Propostos.** Período de 16/02/2020 a 15/03/2020, 217 p, 2020.

RODRIGUES, Angela Cassia; GÜNTHER, Wanda Maria Risso; VASCONCELLOS, Maria da Penha; DI GIULIO, Gabriela Marques; BOSCOV, Maria Eugenia Gimenez. **Delineamento da produção científica sobre desastres no Brasil no início deste século.** *Desenvolv. Meio Ambiente*, 34, p. 61-73, 2015.

ROJEK, C. **Ways of escape: Modern transformations in leisure and travel.** Basingstoke: Macmillan. 1993.

SARAIVA, C. & FERREIRA, P. **The tragedy of Mariana in management's tragedy.** *Critical Perspectives on International Business*, v. ahead-of-print, n. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/cpoib-01-2018-0014>, 2019.

SARAIVA, Carolina; DINIZ, Margareth; MAGALHÃES, Iáisa. Trabalho e Memória como Categorias de Reconstrução, Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce na UFOP. In Cristiana Losekann, Claudia Mayorga (Orgs.). **Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais**. Rio de Janeiro, Folio Digital: Letra e Imagem, p. 73-97, 2018.

SEATON, A. **Guided by the dark: From thanatopsis to thanatourism**. Int J Herit Stud, 2, p. 234-244, 1996.

SHARMA, Nitasha. Dark tourism and moral disengagement in liminal spaces. **Tourism Geographies**, 22 (2), p. 273-297, 2020.

SILVA, Marta Zorzal e.; CAYRES, Domitila Costa; SOUZA, Luciana Andressa Martins de. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: O caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, 19 (2), p. 464-488, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da; MEDEIROS, Cintia Rodrigues Oliveira. Viver e morrer pelo trabalho: uma análise da banalidade do mal nos crimes corporativos. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 69, p. 217-234, 2014.

STONE, P. **A dark tourism spectrum: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions**. Interdiscipl Int J, 54, p. 145-160, 2006.

VALENCIO, N.; Siena, M.; Marchezini, V.; Costa, J. Introdução. In: N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini, & J. Costa (Orgs.), **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima, 2009.

VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In N. Valencio, M. Siena, V. Marchezini, & J. Costa (Orgs.), **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima. 2009.

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e Cultura**, 68 (3), p. 41-45, 2016.

VALENCIO, Norma; Valencio, Arthur. **O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres**. Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, 12(2), p. 19-39, 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERMA, Shiladitya. **Exploiting Tragedy: Dark Tourism**. 2013. Disponível em SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=2306870>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2306870>>. Acesso em 11 de jun. 2020.

ZANIRATO, Silvia Helena. Turismo em “patrimônios de sofrimento”: história e memórias. **Revista Confluências Culturais**, 8 (2), p. 9-18, 2019.